



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11740 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

### AS AÇÕES DO PROCESSO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE UMA REGIÃO DO INTERIOR PAULISTA

Tatiane Oliveira Santos Nascimento - UNESP - Presidente Prudente / FCT- Universidade Estadual Paulista

Silvio Cesar Nunes Militão - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

### AS AÇÕES DO PROCESSO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE UMA REGIÃO DO INTERIOR PAULISTA

O texto apresentado é parte de uma pesquisa de Doutorado em andamento, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Presidente Prudente - SP), tem por objetivo apresentar as ações referentes ao processo de monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação 2014 -2024 de uma região interiorana do estado de São Paulo.

Este trabalho norteia-se pela seguinte questão: como os municípios de uma região interiorana do estado de São Paulo estão se organizando para realizar o monitoramento e a avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes? Buscou-se identificar as atividades empreendidas pelas instâncias municipais de uma determinada região para dar materialidade aos PMEs.

Trata-se de um estudo exploratório e interpretativo que lança mão de análise de fontes documentais oficiais e pesquisas que examinam o tema. No entanto, com abordagem de cunho qualitativo, procurou-se descrever a complexidade do problema de pesquisa e analisar a interação com outras variáveis (RICHARDSON, 2012). Utilizou-se como procedimento a pesquisa bibliográfica, recorrendo a estudos sobre a temática, e a pesquisa documental, na qual a escolha do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dos PMEs como corpus documental deve-se a sua importância no cenário educacional enquanto

possibilidade de materialização de uma política de Estado abrangendo as múltiplas esferas administrativas.

O recorte deste estudo contempla uma microrregião composta por dezesseis municípios que fazem parte de uma subdivisão da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). A escolha dessa extensão é fruto de informações atinentes ao processo de elaboração dos PMEs, que apontavam forte atuação dessa associação civil junto às secretarias municipais de educação. Essas instâncias estão localizadas geograficamente na região oeste do estado de São Paulo, a saber: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Emilianópolis, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Presidente Prudente, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Santo Expedito e Taciba.

A aprovação da Lei n.13.005, de 25 de julho de 2014, ao vigente PNE, propõe reconfigurar o cenário educacional do país, no sentido em que assume um dispositivo diferente das demais políticas públicas nacionais, em que se lê no Art. 5º dessa lei que a execução do Plano e a efetivação de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas. Inclusive, para fortalecer este preceito do planejamento, o Art. 8º determina que os entes federados deverão adequar, ou elaborar seus respectivos planos de educação em consonância com o PNE, determinando um ano para efetivação de tal tarefa. (BRASIL, 2014).

Quanto a essa determinação, em consulta realizada por meio do portal eletrônico do Ministério da Educação (MEC), denominado “PNE em Movimento”, observou-se que todos os dezesseis municípios vinculados à região, encontram-se com a lei do PMEs sancionada, o que remete a um novo desafio, romper a síndrome do esquecimento e de rupturas dos planos educacionais instaurados no país.

No que tange a esse desafio, concorda-se que o planejamento “[...] se constitui em processo contínuo de tomada de decisão, que começa antes e continua depois do plano. (BORDIGNON, 2014, p.33). No entanto, os municípios são a base operacional para a materialização dos planos decenais de educação.

Sendo assim, para auxiliar a tradução desses documentos no contexto dessas instâncias, o MEC através da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) disponibilizou o chamado “PNE em movimento: caderno de orientação para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação” (BRASIL, 2016), este material propõe que o monitoramento se torne uma ação contínua de observação; e a avaliação um ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento.

Com efeito, procuramos dentre os 16 PMEs perscrutados, realizar uma atenta análise exploratória e descritiva, com o objetivo de identificar como estão previstos nesses planos o monitoramento e avaliação. A saber, todos os dezesseis materiais analisados apontam que o monitoramento irá acontecer de forma contínua, e a avaliação está prevista da seguinte forma: 3 municípios anualmente, 7 municípios a cada dois anos, 1 municípios de cinco em cinco

anos, e 3 não mencionam o período.

Diante disso, procurou-se no âmbito dessas instâncias indícios que sinalizasse suas ações sobre o acompanhamento de seus respectivos PMEs em vigência. Para tanto, buscou-se verificar, no primeiro momento, se tais municipalidades possuíam comissões legais formalizadas e foram encontradas quatro distintas situações: 3 tem comissão específica; 2 designaram o Conselho Municipal de Educação (CME) como responsável; 4 nomearam o Fórum Municipal de Educação (FME); e, em 7 não foi encontrada documentos que formalizaram responsáveis.

Consoante a Lei do Plano, o Caderno (BRASIL, 2016) orienta tecnicamente o acompanhamento dos PMEs, as instâncias deveriam elaborar bianualmente relatórios de monitoramento e relatórios de avaliação sobre o caminhar das metas de seus respectivos planos de forma tabelada e cronológica, tal que essa organização gere subsídios para a elaboração de instrumentos orçamentários. Após a elaboração esses materiais devem ser anexados no portal eletrônico do MEC.

Em consulta a esse espaço, contatou-se que na data da pesquisa - 19 de julho de 2022- dos dezesseis municípios em exame apenas três (18,75%) possuem relatório de monitoramento referente ao ano de 2018, dos quais um pertence a uma instância que não tem comissão formalizada, e dois que nomearam o FME como responsável pela função. Notou-se, também, que nenhuma municipalidade enviou o relatório de avaliação.

Vale ressaltar que, no ano de 2018, não foi observada alimentação desses relatórios neste portal. Resultados da pesquisa empírica realizada nessa mesma extensão territorial, apontam que o emblemático ano pandêmico de 2020, impactou diretamente o encaminhamento de ações para a execução dos PMEs. Além disso, também foi reportado o fato da troca de gestão com as eleições municipais, pois muitos membros das comissões ocupavam cargos de confiança, e que tal mudança prejudicou severamente o acompanhamento do plano. Ainda foi verificado que nenhuma comissão legalmente constituída, conforme descrito acima, está ativa.

Diante do exposto, depreende-se que as ações locais avançaram na questão do acompanhamento das políticas públicas educacionais, com os municípios pesquisados esforçando-se para dar continuidade e materialidade aos PMEs, embora o grau de despreparo e falta de apoio dessas instâncias para monitorar e avaliar seus PMEs no período de 2015 a 2021 concorram para a obstaculização de tal processo, sobretudo diante do cenário político e econômico adverso pós-2016.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Plano Municipal de Educação. Educação. Monitoramento. Avaliação.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –

PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino. Cadernos de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. Brasília, DF: MEC/SASE, 2016.

BORDIGNON, G. Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. *In*: DONALDO, Bello de Souza; MARTINS, Angela Maria (org.). **Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas**. São Paulo: Edições Loyola, p.29-53, 2014.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.